

## **Declaração Política**

### **25 de Abril de 1974, o dia que mudou o país**

Estamos a poucos dias de comemorar uma das datas mais marcantes da História recente de Portugal. Um dia que permitiu ao país, pela mão dos “militares de Abril”, a quem prestamos a mais viva homenagem, viver em Democracia, deixando para trás 48 anos de obscurantismo de um regime que servia poucos à custa de muitos.

Nunca é demais recordar todos aqueles que permitiram que Portugal deixasse a escuridão em que se encontrava e que, com a coragem de quem não hesitou em colocar o interesse colectivo acima do das partes, tiveram a audácia de dar aos portugueses a Liberdade tantas vezes sonhada, mas constantemente adiada.

A “Revolução dos Cravos” permitiu, também, que os Açores materializassem as suas aspirações autonómicas, através de um sistema de auto-governo que já provou muitas das suas potencialidades e virtudes, que trouxe ao nosso Arquipélago um nível de desenvolvimento económico e social sem precedentes.

Com a autonomia financeira, política e administrativa que o 25 de Abril de 1974 proporcionou aos Açores foi possível concretizar os sonhos de várias gerações que se debateram com obstáculos em Lisboa, uma metrópole que teimava em desvalorizar a mais-valia que os Açores representavam para Portugal, mesmo quando outros países olhavam com cobiça geoestratégica para estas nove ilhas a meio caminho entre a Europa e a América.

Hoje, mais de três décadas depois da “Revolução dos Cravos”, temos os instrumentos necessários para cumprir a Autonomia – um novo Estatuto Político-Administrativo e uma Lei de Finanças Regionais – mas temos, também, um longo caminho a percorrer para fazer ver a alguns representantes da classe política nacional as vantagens do país poder contar – como sempre contou – com os Açores.

Os Açores devem ser vistos não como um incómodo geográfico, com custos acrescidos para Portugal, ou apenas como um paradisíaco destino de férias, para passarem a serem encarados como a vertente essencial e insubstituível da posição Atlântica do nosso país, uma das principais vantagens comparativas que Portugal pode apresentar na Europa, tanto ao nível geoestratégico, como ao nível económico, em que releva a extensão e importância da sua Zona Económica Exclusiva.

Apesar das nossas divergências ideológicas, devemos todos, da Esquerda à Direita, unirmo-nos no objectivo de afirmar a Autonomia Regional em Portugal como um verdadeiro e genuíno desígnio nacional. Assim estaremos, também, a cumprir Abril. Devemos todos, independentemente do passado autonomista que cada um tem no seu currículo político, contribuir para um Pacto Autónimo entre os órgãos de governo próprio e os principais actores políticos e institucionais do Estado português.

Senhor Presidente;  
Senhoras e Senhores Deputados;  
Senhor Presidente do Governo;  
Senhoras e Senhores Membros do Governo,

Grande parte da população portuguesa já nasceu, felizmente, em Democracia. Um bom sinal que demonstra a estabilidade política e social que se vive em Portugal, mas que coloca a cada cidadão um desafio de cidadania, ao qual importa responder rapidamente e sem rodeios.

Como se justifica a falta de interesse dos portugueses, principalmente da geração posterior à minha, em participar nos actos eleitorais a que é chamada?

Quais as razões para que o supremo direito de escolher os seus representantes seja, cada vez mais, um acto fútil, um incómodo num domingo qualquer ou um acto mais de descrença ou de protesto do que de optimismo na evolução do bem colectivo?

Como se justifica que a abstenção, nas eleições que nos elegeram em Outubro, tenham atingido o valor mais alto de sempre em eleições legislativas regionais, 53,24 por cento?

As repostas não são fáceis e, seguramente, não podem absolver os políticos. São questões que nos devem interrogar sempre, sob pena de deixarmos, gradualmente, de compreender as pessoas que nos elegem e de responder aos seus anseios e aspirações.

Os políticos não se devem conformar com esta realidade. As taxas de abstenção não podem ser vistas como uma fatalidade, muito menos como uma desculpa para fracos resultados eleitorais, e o desconhecimento e desinteresse dos cidadãos pela política não podem ser considerados uma inevitabilidade.

Preocupações que assumem, num ano em que os portugueses vão ser chamados às urnas por três vezes, uma particular acuidade. Os alertas são evidentes. Apenas um terço dos europeus admite votar nas eleições europeias de Junho, indicam os dados recentes do Eurobarómetro.

Citando Victor Hugo; “Tudo quanto aumenta a liberdade, aumenta a responsabilidade”. A classe política tem, obrigatoriamente, de reflectir sobre este pensamento. Tem de ser, por isso, consequente na sua missão de envolver as pessoas na política, para que nunca se deixe de cumprir “Abril”.

A actual classe política deve recusar ficar com o ónus de ser responsável pelo esmorecimento de um sentimento de esperança que, há poucas décadas, encheu Portugal.

Senhor Presidente;  
Senhoras e Senhores Deputados;  
Senhor Presidente do Governo;  
Senhoras e Senhores Membros do Governo,

É sempre importante invocar Abril e lembrar o país que fomos, isolado do mundo, vivendo em guerra para segurar um pretenso império, onde as pessoas não tinham acesso aos bens mais essenciais, como

educação, habitação condigna, saúde, trabalho digno, uma pensão de reforma justa.

Este país, hoje longínquo na memória, foi o país onde eu cresci e não quero nunca mais. Mas sei que, para tal suceder, é importante recordar, quebrar os ciclos da memória e ausência de memória de um povo.

Depois de um longo período de ditadura que arrastou muitos portugueses para a Europa via emigração, foi a democracia quem nos conduziu para o espaço europeu, através do qual demos um enorme salto no nosso desenvolvimento, aos níveis social, económico, científico e educacional.

Foi no espaço da União Europeia que amadurecemos a nossa democracia e é neste mesmo espaço que podemos trabalhar para reforçar a democracia no mundo.

É verdade que, na era contemporânea e no espaço europeu, a nossa democracia é jovem e, também por isso, estamos aqui a relembrar uma data marcante que deu um novo impulso de desenvolvimento a um país estagnado e desmoralizado.

A evolução do nível de vida foi clara a todos os níveis, como no caso das emigrações, em que Portugal deixou de ver partir 80 mil pessoas por ano antes do 25 de Abril, para as cerca de 20 mil que ainda procuram outros países.

Passamos mesmo a ser um país e uma região de imigrantes.

Ao nível da Educação, a taxa de analfabetismo baixou de forma acentuada de 25,7 por cento, na década de 70, para menos de 9 por cento já no início deste século, registando-se, ainda, que as mulheres passaram a constituir 56 por cento dos alunos do Ensino Superior, em 2001.

Quanto à esperança média de vida, desde 1974 aumentou 9,2 anos para as mulheres e em 8,9 anos para os homens. Outro dado importante: Por cada mil crianças nascidas em Portugal, no início da década de 70, 55 não completavam um ano de vida. Actualmente, por cada mil nascimentos apenas cinco não sobrevivem aos primeiros doze meses de vida.

Desde o 25 de Abril de 1974, o país já assistiu a mais de três dezenas de actos eleitorais, entre eleições para as Assembleias da República e Regionais, eleições presidenciais, europeias, autárquicas e referendos nacionais. Mais uma prova que a democracia está bem assimilada entre os portugueses.

Senhor Presidente;  
Senhoras e Senhores Deputados;  
Senhor Presidente do Governo;  
Senhoras e Senhores Membros do Governo,

Desde as lutas liberais na primeira metade do século XIX que o país vive divisões e conflitos internos. Ainda assim foi um período de progresso, sobretudo na segunda parte do século XIX. Contudo a tensão foi enorme durante as últimas décadas da monarquia e viria ainda a acentuar-se após a implantação da República.

É neste cenário de instabilidade e marasmo que, na sequência dum golpe militar a 28 de Maio de 1926, se inicia o designado “Estado Novo”, de inspiração fascista, como de resto, à época, em alguns outros países europeus. António Oliveira Salazar cria, assim, um regime fortemente centralizado pelo governo/estado e ditatorial.

Em contrapartida, Salazar consegue impor finalmente uma certa acalmia e ordem social no país, muito à custa da designada PIDE, mais tarde DGS, já com Marcello Caetano como presidente do conselho de ministros (1968).

Após a II Guerra Mundial, o mundo transformava-se, enquanto Portugal se mantinha estático e inabalável como se o tempo tivesse parado.

As potências coloniais começavam a desfazer os seus impérios, enquanto Portugal mantinha o seu através da intervenção militar, que teve início em 1961 na Guiné-Bissau e depressa se estendeu a Angola e Moçambique. Já nesse ano de 1961, Portugal tinha perdido as praças de Goa, Damão e Diu para a União Indiana.

A guerra aumentava e o inimigo, cada vez mais bem apetrechado belicamente, sobretudo com armas soviéticas, mas também americanas, actuava em guerrilha no mato.

Os anos sucediam-se e a guerra sem fim à vista cansava o sector militar que já mostrava algum cansaço. O descontentamento, entretanto, grassava na sociedade civil, também crescentemente descontente por ver os seus filhos partirem para uma guerra longínqua e prolongada.

A fadiga e o descontentamento militar levaram os militares a fazerem reuniões secretas que começaram em Agosto e Setembro de 1973 e que se prolongaram pelo início de 1974.

Nasce a ideia do golpe de 16 de Abril de 1974 que só viria a concretizar-se, com sucesso, a «25 de Abril».

Naquela longa noite, o primeiro sinal seria dado pelo então posto “Emissores Associados de Lisboa” às 22:55. João Paulo Dinis dá então voz e escolhe a canção «E Depois do Adeus», de Paulo de Carvalho. A segunda senha é dada na “Rádio Renascença”, pelas 0:20, e viria a ser um ícone do 25 de Abril («Grândola Vila Morena»).

Através do Rádio Clube Português, o MFA apresenta-se ao país pela primeira vez às 4:26. A voz é do jornalista Joaquim Furtado: «Aqui posto de comando do Movimento das Forças Armadas...».

Às 5 horas, o Major Silva Pais, director-geral da PIDE/DGS, dá conhecimento a Marcello Caetano dos acontecimentos que este ainda desconhecia, dando instruções para se refugiar o mais depressa possível no Comando-Geral da GNR, no Largo do Carmo.

Às 15:25 as metralhadoras duma viatura chaimite disparam contra a frontaria do quartel. Às 18 horas, chega Spínola de automóvel com farda Nº 1. Caetano submete-se e entrega a Spínola o poder e pede protecção.

Às 19:50 é emitido o comunicado: «O Posto de Comando do MFA informa que se concretizou a queda do Governo, tendo Sua Excelência o Professor Marcello Caetano apresentado a sua rendição incondicional a sua Excelência o General António de Spínola».

Logo após as 20 horas, é lida no RCP a «Proclamação do Movimento das Forças Armadas». E à 1:30 já do dia 26/4/74 aparecem na televisão as novas caras do poder: A Junta de Salvação Nacional, como presidente, António de Spínola, em que lê uma proclamação ao país:

...Um novo regime... A democracia, a paz.

Foram dias foram anos a esperar por um só dia.  
Alegrias. Desenganos. Foi o tempo que doía  
com seus riscos e seus danos. Foi a noite e foi o dia  
na esperança de um só dia.

Manuel Alegre

Disse.

Horta, Sala das Sessões, 22 de Abril de 2009

O Presidente do Grupo Parlamentar do Partido Socialista na  
Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Hélder Marques da Silva